



CERTIDÃO

----- DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

Asssembleia Municipal de Vila Real
Data: 21/1/2022
N.º 23 Proc.º n.º/.....
Reso.º n.º/.....

----- CERTIFICO, que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

-----ASSUNTO: - Proposta de adesão do Município de Vila Real à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas da Cerâmica (APTCVC) -----

- Presente à reunião informação da Coordenadora dos Serviços de Gestão dos Museus Municipais do seguinte teor:

“A arte da olaria preta tem uma singular expressão no Norte de Portugal, distribuindo-se ao longo do eixo da falha geológica Verin-Penacova. A argila extraída nesta bacia possibilitou o desenvolvimento de olaria de qualidade e distinta de outras regiões, particularmente pela cor negra das suas peças. Entre os diferentes centros oláricos na área de influência do Douro, destacam-se os do concelho de Vila Real, entre as aldeias de Mondrões, Vila Marim, Parada de Cunhos e Lordelo, cuja produção se vendia nos municípios limítrofes até ao rio Tua.

A tradição da olaria neste território remonta à Idade Média, estando documentada no foral da honra de Lordelo, dado pelo rei D. Manuel, em 1519. Este documento impõe o pagamento do foro de quatro reais e meio anuais aos oleiros, o mesmo que pagavam os proprietários de meio casal. Trata-se de uma exceção entre os habitantes do lugar, o que, já naquela época, atestava a importância destes artífices dentro da comunidade.

Esta tradição da olaria persistiu até aos nossos dias apenas na aldeia de Bisalhães, onde ainda se mantêm técnicas e saberes-fazer ancestrais de trabalho e cozedura do barro, distinguidas pela UNESCO desde 2016 como Património Imaterial da Humanidade. Na produção atual destaca-se o uso da roda baixa, único na Europa, os motivos decorativos desenvolvidos pelas mãos femininas e, sobretudo, o processo de cozedura, também ele uma prevalência de técnicas ancestrais e muito rudimentares.

Enquanto património, esta é uma arte criada e recriada pela sua comunidade. Cada artesão, e as suas famílias, fazem parte de um importante processo de preservação cultural, cada vez mais urgente



dada a avançada idade de grande parte dos artífices. A manutenção da arte e a sua transmissão é a maior forma de salvaguarda, a par da sua valorização cultural, dentro e fora da comunidade.

Com a adesão do Município de Vila Real à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas da Cerâmica (APTCVC), pretende-se dar mais um relevante passo nesse sentido, com a divulgação e dinamização desta arte ancestral, não só ao nível nacional mas principalmente ao nível internacional, aproveitando a presença de Portugal, através da APTCVC, no Agrupamento Europeu das Cidades Cerâmicas. Outra grande vantagem a ter em conta é que pertencer à APTCVC, irá permitir desenvolver e participar em atividades em rede, trabalhando em estreita articulação com as demais cidades nacionais e europeias, dando mais visibilidade à olaria de Bisalhães.

Assim, face ao exposto, propõe-se a adesão do Município de Vila Real à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas da Cerâmica (APTCVC), que acarretará o pagamento de uma quota anual de 800 €, valor que já inclui a participação do concelho no Agrupamento Europeu com mais de 120 cidades e vilas cerâmicas europeias (de Itália, Espanha, França, Roménia, Alemanha e República Checa, para além de Portugal).

Anexa-se a esta informação a escritura da constituição da Associação e os respetivos Estatutos da APTCVC".

O Diretor do DAF emitiu a seguinte informação:

"Os Municípios dispõem de atribuições no domínio do Património e Cultura, enquadrando-se, as atividades e objetivos da associação a criar, diretamente na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto pretendeu abranger o quadro completo de possibilidades de participação dos municípios em tercelras entidades, bem como definir um conjunto de regras financeiras comuns a todas as participações legalmente admissíveis.

A adesão do município a esta Associação reger-se-á pelo disposto no Capítulo V desta Lei, sendo que a entidade deve prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a fundamentação da deliberação referida integrar os pressupostos justificativos desse interesse.

Assim, face ao enquadramento factual efetuado, preenchidos os requisitos legalmente exigidos, deverá o Executivo Municipal deliberar:

- a) Submeter à Assembleia Municipal a autorização da adesão do Município à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas da Cerâmica, aprovando os respetivos Estatutos, nos termos do



disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, na alínea ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, conjugados com os artigos 1.º, 2, 3.º, 6.º, 56.º e 60.º do RJAEI,

- b) E submeter a Visto Prévio do Tribunal do Contas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 56.º e artigo 59.º do RJAEI”.

Em 01/02/2022 a Vereadora Mara Minhava emitiu o seguinte Despacho:

“Concordo com o teor da Informação e proponho à reunião de Câmara”.

A despesa tem o cabimento orçamental nº. 622 Classificação Orgânica: 02 Classificação Económica: 06.02.03.05 Projeto do PAM: 2022/A/200 Valor: 800,00 €.

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de adesão do Município de Vila Real à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas da Cerâmica (APTCVC), nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 21 de fevereiro de 2021.-----

O DIRETOR,


(Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues)